

Defesa de Múcio no tribunal

Contestando denúncias do PSB, ele se diz chantageado

O deputado Múcio Athayde, candidato ao Senado pelo PMDB-DF, contestou a impugnação de sua candidatura junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Acusado pelo presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Luís Manziolillo, de "imoralidade para o exercício do mandato, abuso do poder econômico, improbidade administrativa e tentativa contra a propriedade pública", Múcio decidiu passar da defesa ao ataque. E, sem rodeios, acusou Manziolillo de chantagem. Segundo o parlamentar, o presidente do PSB-DF queria receber Cz\$ 2 milhões para não entrar na justiça eleitoral contra sua candidatura.

Eis, na íntegra, a defesa de Múcio Athayde:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ RELATOR DO PROCESSO Nº 143/86

MUCIO ATHAYDE, candidato ao Senado Federal, em sublegenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, Seção do Distrito Federal, por seu advogado, respeitosamente vem, com fundamento no artigo 36 das Instruções baixadas pela Resolução nº 12.854, do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral,

CONTESTAR,

em todos os seus termos, a impugnação formulada pelo PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO-PSB e OUTROS, ao pedido de registro de sua candidatura, fazendo-o na conformidade das razões que passa a expor:

1. Dizem os impugnantes, conforme se vê da petição inicial, que a presente impugnação é feita "consoante o contido nos incisos II, III e IV do artigo 151 da Constituição Federal, combinado com o Artigo 1º, Inciso I, Letras "F" e "I" da Lei Complementar nº 5, que prevêem a INELEGIBILIDADE por falta de MORALIDADE PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO, ABUSO DO PODER ECONÔMICO, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA e POR TENTATIVA CONTRA A PROPRIEDADE PRIVADA E PÚBLICA, e ainda, por infringência aos artigos 334, 237, 240, 241, 242, 243 (incisos III, IV, V, VIII, IV), 247, 246, 244, 299, 323, 322, 328, 329, 333, 347 e 351 do Código Eleitoral e do artigo 3º da Lei nº 7.508 e artigo 93 § 2º da Lei nº 5.682, conforme fatos e direitos a seguir expostos". (destaques do original).

Ao depois, prosseguindo na cambalhuda, os impugnantes passam a narrar estórias (como eles próprios reconhecem) escoradas em meros papéis que acompanham a inicial. Pedem a não concessão do registro da candidatura do impugnado, "pela falta de MORALIDADE PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO, respectivo, consoante a inteligência do inciso IV do artigo 151 da Constituição Federal; Por ABUSO DO PODER ECONÔMICO, previsto no inciso III do artigo referido c/c o artigo 1º, inciso 1, letra "L" da Lei Complementar 5/70; POR TENTATIVA CONTRA A PROPRIEDADE PRIVADA E PÚBLICA EM DETRIMENTO AO REGIME DEMOCRÁTICO E DA FE PÚBLICA, "ex-vi" da letra "F" do artigo citado, anteriormente, e ainda pela falta de PROBABILIDADE ADMINISTRATIVA, consoante a inteligência do artigo 151), inciso II da Constituição, todos prevendo a inelegibilidade para qualquer cargo, como bem se caracteriza o candidato, ora impugnado, em todas estas situações" (destaques do original).

Protestam pelo depoimento pessoal do impugnado e "por todos os meios de provas permitido no direito e far-se-á a dilação probatória da matéria fática, através das testemunhas, no final arroladas, que comparecerão à audiência, independentemente de serem intimadas, para, afinal, processada, seja julgada procedente a presente Representação de impugnação pela Egrégia Corte Regional Eleitoral, não se conferindo, por conseguinte, o Registro da candidatura ao Senado Federal, pela legenda do PMDB, ao impugnado, para o Pleito Eleitoral, em curso, tudo de conformidade com o artigo 34 e seguintes da Resolução 12.854/86 do Colendo Tribunal Superior Eleitoral".

Pedem ainda nada menos do que onze diligências, tudo em teratológica interpretação dos artigos 34, 35 e 36 da Resolução nº 12.854, do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral.

2. Data venia, a impugnação é manifestamente inéptia.

3. A impugnação, ou "representação de impugnação", data venia, não tem forma nem figura de juízo, no que pese o verdadeiro festival de dispositivos legais feito pelos impugnantes e o amontoado de papéis que eles pretendem sejam documentos.

4. Não tem sentido, data

venia, pretender denegação de registro de candidatura por inelegibilidade fundamentada em princípio programático da Constituição Federal.

E o magistério do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, in verbis:

"Inelegibilidade. Os casos de inelegibilidade que visam a preservar a probidade administrativa e a moralidade para o exercício do mandato, levando em consideração a vida pregressa do candidato, são os estabelecidos em lei complementar. Não cabe à Justiça Eleitoral, não ocorrendo qualquer dos casos previstos na Lei Complementar nº 5/70, declarar inelegibilidade com fundamento em que a vida pregressa do candidato não o recomenda para o exercício do cargo" (Acórdão nº 5.902, no Recurso nº 4.503, Relator o saudoso Senhor Ministro RODRIGUES ALCKMIN, no Boletim Eleitoral, nº 386, pág. 36).

No d.voto condutor do apontado Acórdão nº 5.902, adotando motivação contida no d.Parecer da Procuradoria Geral Eleitoral, foi dito:

"É pacífico na jurisprudência do TSE que não pode ser argüida inelegibilidade com fundamento em princípio programático da Constituição.

Como salientou o eminente Ministro Moreira Alves, à época Procurador-Geral Eleitoral: "O princípio constante do inciso IV do art. 151, da Emenda Constitucional nº 1/69 ("a moralidade para o exercício do mandato, levada em consideração a vida pregressa do candidato), se dirige ao legislador da Lei Complementar relativa a inelegibilidades, razão por que os fatos da vida pregressa nela não referidos não podem ser considerados como capazes de tornar alguém inelegível". Esse parecer foi expressamente acolhido pelo relator, o eminente Ministro Barros Barreto, que assim se manifestou: "... Por isso, e de acordo com a observação do parecer do douto Procurador-Geral de que a vida pregressa do candidato é dado a ser levado em conta pelo legislador das inelegibilidades, não pelo Juiz, que está adstrito à casuística por aquela estabelecida na lei complementar, nego provimento ao recurso" (Acórdão 5.659, de 20.03.75, BE nº 287/233, cópia anexa)" (BE 386/36).

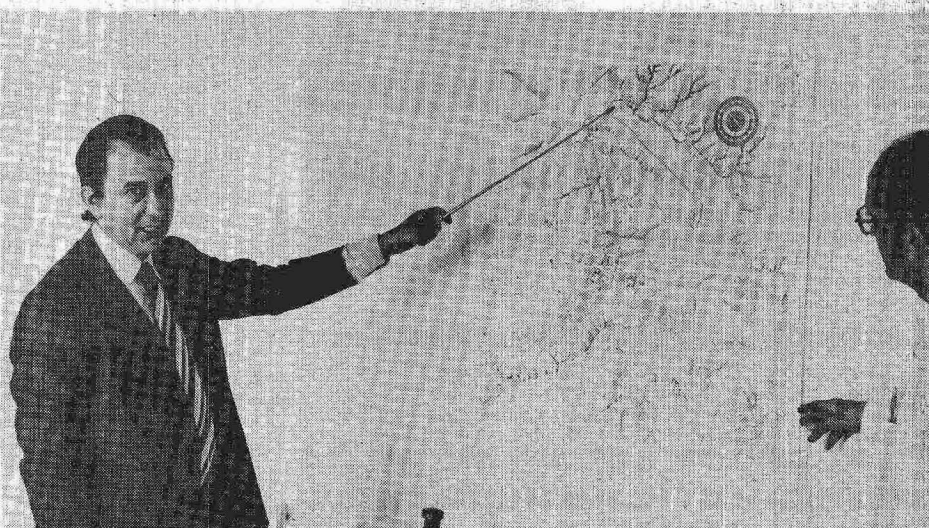
5. In caso, os impugnantes imputam ao impugnado a inelegibilidade prevista na letra "f" do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 5, de 1970 ("os que hajam atentado, em detrimento do regime democrático, contra os direitos individuais concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade").

Ora, para comprovar o delírio ou ignorância dos impugnantes, basta ler os ensinamentos de FAVILA RIBEIRO, nos termos seguintes:

"49.7 — Na alínea f são declarados inelegíveis os que hajam participado de atos atentatórios aos postulados que dão consistência ao regime democrático, sobre a vida, liberdade, segurança e propriedade. Entram nessa categoria a comprovada participação em atividades terroristas. Compreensível que a verificação da situação delinida fique a depender de precedente decisão judicial condenatória. Sem ato decisório não haverá suporte probante para a arguição de inelegibilidade. Não é suficiente que a condenação resulte de atentado à liberdade, à vida ou à propriedade, sendo indispensável tenha por objetivo subverter o regime democrático" (Direito Eleitoral, Forense, 1976, p.188).

6. A outra inelegibilidade que os impugnantes imputam ao impugnado é a da letra "I" do inciso I do art. 1º da Lei das Inelegibilidades, verbis:

"1 — os que tenham comprometido, por si ou por outrem, mediante abuso do poder econômico, de ato de corrupção ou de influência no exercício de cargo ou função da administração, direta ou indireta, ou de entidade sindical, a lisura ou a normalidade de eleição, ou venham a comprometer a, pela prática dos mes-



Múcio será julgado amanhã por abuso de poder econômico na campanha

mos abusos, atos ou influências".

Retornamos a palavra ao jurista FAVILA RIBEIRO:

"Agora, na norma da alínea 1 volta-se a falar na atividade retrospectiva, refletindo-se sobre os que tenham contribuído para desfiguração do processo eleitoral, por abuso do poder econômico, corrupção, indevida utilização de instrumental administrativo ou sindical.

Tudo o que possa ser caracterizado como interferência prejudicial à regularidade das eleições por uso de instrumentos econômicos, oficiais e sindicais de favorecimento a partidos ou candidatos.

Cumpra observar que na parte final da regra há textual alusão aos que venham ainda a cometer esses atos, o que reforça a interpretação aplicada sobre o alcance da alínea anterior, que cogita precisamente dos que estejam temporariamente privados do direito à elegibilidade. Ora, se ao mencionar os que tenham comprometidos, estiverem sem compreendidos os que venham ainda a comprometer, seria ociosa a parte final da disposição. Levamos, pois, a reconhecer o caráter perdurável que, via de regra, vem sendo atribuído a essas disposições. A positividade da presente inelegibilidade depende de decisão judicial

"Os papéis apresentados nada provam. Não passam de recortes de jornais que contêm artigos encomendados e reportagens fantasiosas. Visam apenas a denegrir o impugnado".

irrecorrível" (ob. cit., p. 191).

7. Cumpra registrar que no Código Eleitoral, artigo 37, está estabelecido que "a interferência do poder econômico e o desvio ou abuso do poder de autoridade, em desfavor da liberdade do voto, serão coibidos e punidos". E, nos parágrafos 2º e 3º do mesmo dispositivo legal, está explicitado:

"§ 2º. Qualquer eleitor ou Partido Político poderá se dirigir ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas e pedir abertura de investigação para apurar uso indevido do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, em benefício de candidato ou de Partido Político.

"§ 3º. O Corregedor, verificada a seriedade da denúncia, procederá ou mandará proceder a investigações, regendo-se estas, no que lhes for aplicável, pela Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952".

Por isso mesmo, a jurisprudência do Eg. Tribunal Superior Eleitoral, é torrencial, mansa e pacífica no sentido de que o abuso do poder econômico, para gerar a inelegibilidade, deve ser regularmente apurada no procedimento previsto no mencionado artigo 237 do Código Eleitoral.

8. Aliás, os impugnantes, no caso presente, trouxeram à colação dois julgados do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral que evidenciam que a positividade da inelegibilidade prevista na letra I do inciso I do artigo 1º da Lei das Inelegibilidades há de resultar de prévia apuração judicial.

No primeiro dos casos apontados, qual seja o do V.Acórdão 3.922 (Recurso nº 2.869 - caso Sebastião Paes de Almeida), cuidou-se de inelegibilidade para a eleição de 1966, em razão de abuso do poder econômico apurado em relação à eleição anterior, isto é, de 1962. Tal processo se regiu na legislação anterior que permitia a apuração na forma estabelecida nos §§1º e 2º do artigo 222 do Código Eleitoral.

Esse procedimento, porém, desapareceu com o

advento da Lei nº 4.961, de 04.05.1966, que, por força do disposto no seu artigo 47, revogou aqueles parágrafos.

A partir da referida Lei nº 4.961, de 1966, a apuração do abuso do poder econômico só se faz segundo o procedimento estabelecido no artigo 237 do Código Eleitoral.

E o que se vê do segundo caso apontado pelos próprios impugnantes, ou seja, o V.Acórdão nº 8.007, do Recurso nº 6.198, em cuja ementa se lê:

"3) Inelegibilidade, em decorrência de abuso de poder econômico, apurado quando da realização de pleito anterior".

10. No julgamento do Rec. nº 357, o Egrégio Tribunal Superior Eleitoral tomou o V.Acórdão nº 7.309, por decisão unânime de que foi relator o eminente Senhor Ministro JOSE GUILHERME VILLELA, em cuja ementa, na parte que diz respeito à espécie presente, está dito:

"3. A declaração de inelegibilidade resultante de abuso do poder econômico pressupõe sua regular apuração em processo contraditório instaurado durante a campanha eleitoral" (BE 386, pág. 23).

O eminente relator, no seu d.voto, apontou nada menos do que nove precedentes, "colhidos em apressada busca aos repertórios de nossa jurisprudência". E-los:

- Ac. nº 4.008 - BE 187/381 - Rel. Min. HENRIQUE ANDRADA;

- Ac. nº 4.604 - BE 230/102 - Rel. Min. MARCIO RIBEIRO;

- Ac. nº 4.579-A - BE 230/89 - Rel. Min. DJACI FALCÃO;

- Ac. nº 4.620 - BE 231/222 - Rel. Min. MARCIO RIBEIRO;

- Ac. nº 4.186 - BE 195/144 - Rel. Min. OSCAR SARAIVA;

- Ac. 4.883 - BE 239/739 - Rel. Min. HELIO DOYLE;

- Ac. nº 4.448 - BE 227/478 - Rel. Min. ARMANDO ROLLEMBERG;

- Ac. nº 5.492 - BE 273/206 - Rel. Min. MARCIO RIBEIRO;

- Ac. nº 4.964 - BE 250/547 - Rel. Min. BARROS BARRETO;

Mais recentemente temos o V.Acórdão nº 7.880, no Recurso nº 6.153, de que foi relator o mesmo eminente Senhor Ministro JOSE GUILHERME VILLELA, publicado no BE 400, pág. 18, ementado, na parte que aproveita ao caso presente, com a seguinte redação:

"3) O abuso do poder econômico apurar-se-á no procedimento especial previsto no art. 237 do C. Eleitoral. Na falta de apuração regular, não cabe discutir o suposto abuso em recurso de diplomação".

Não fosse tornar enfadonho, inúmeros outros casos poderiam ser apontados.

A presente impugnação, portanto, é manifestamente imprestável.

Não cabe argüir inelegibilidade com fundamento em princípio programático da Constituição. Da mesma forma, a inelegibilidade fundada em abuso do poder econômico há de ser apurada no procedimento especial previsto no artigo 237 do Código Eleitoral. Nunca, data venia, no procedimento especialíssimo do registro de candidatos, cujos prazos exíguos impedem o normal procedimento contraditório.

12. Mas, os impugnantes sabem perfeitamente que a presente impugnação, por eles idealizada, na verdade, não visava a obter a declaração de inelegibilidade do impugnado.

Sabem, em primeiro lugar, por terem plena consciência de que a impugnação do registro foi feita com motivação falsa.

Os papéis apresentados pelos impugnantes nada provam. Não passam de meros recortes de jornais contendo artigos encomendados e reportagens fantasiosas, destinados a dene-

grir a imagem do impugnado.

Registre-se que de fls. 25 a 27 foram apresentados "artigos" encomendados. De fls. 28 a 80 foram apresentadas certidões de Cartórios de Distribuição, num total de 47 certidões, das quais apenas 7 são positivas de ações cíveis; as outras 40 são todas negativas. De fls. 81 em diante são meros recortes de jornais, salvo a cópia de um procedimento cível na íntegra (fls. 87 a 122) e as cópias de dois julgados (fls. 387 a 417, já examinados) que são contra a pretensão dos impugnantes.

13. Em segundo lugar, sabem os impugnantes que o verdadeiro fim almejado com a presente impugnação era procurar obter um enriquecimento ilícito:

SE O IMPUGNADO HOUVESSE PAGO A IMPORTANCIA DE DOIS MILHÕES DE CRUZADOS, A IMPUGNAÇÃO NÃO TERIA SIDO APRESENTADA!!!

E o que esclarece o honrado Senhor JOÃO BALDUINO DE MAGALHÃES, na conformidade da escritura pública declaratória lavrada em as notas do Cartório do 1º Ofício de Notas-Livro 1349, folha 67 — cujo traslado se exhibe.

E o que também declara o que não menos honrado Senhor VALERIO GONÇALVES (declaração anexa).

14. No artigo 22, da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, está determinado:

"Art. 22. Constitui crime eleitoral a arguição de inelegibilidade, ou a impugnação de registro de candidato feita com motivação falsa, ou graciosamente, por espírito de emulação, mero capricho ou erro grosseiro:

Pena — detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País".

E exatamente o caso dos autos, agravado pelo resultado criminoso que se pretendia obter:

"... Manziolillo disse que tinha feito vários gastos na sua campanha e que se Múcio o reembolsasse ele não faria a impugnação. Múcio perguntou-lhe em quanto ficaria esta despesa; Manziolillo então perguntou ao seu amigo Eduardo em quanto já estariam os gastos dele na campanha; Eduardo disse que não tinha condições de fazer os cálculos no momento; Múcio então insistiu com Manziolillo que ele deveria saber pelo menos aproximadamente quanto já tinha gastado; então foi respondido que seria a quantia de Cz\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados)..." (cf. escritura de declaração - Cartório do 1º Ofício de Notas, Livro 1349, folha 67).

15. Na espécie, o ônus da prova é dos impugnantes. Todavia, em obediência à regra contida no artigo 36 das Instruções baixadas pela Resolução nº 12.854, do Eg. Tribunal Superior Eleitoral, o impugnado, ad cautelam, indica as testemunhas constantes do rol abaixo.

16. Pelo exposto, pelo o mais que dos autos consta e, principalmente, pelos douts suprimimentos jurídicos que os eminentes Julgadores por certo aduzirão, pede não seja conhecida a impugnação, mas, se o for que se a julgue improcedente, extraindo-se as cópias necessárias para, em qualquer das hipóteses, serem remetidas ao Ministério Público Federal, para a instauração do competente e necessário procedimento penal. Brasília, 30 de agosto de 1986. Pp: Célio Silva OAB/DF nº 714.

Rol de Testemunhas:
Sr. João Balduino de Magalhães
Dr. Valério Gonçalves
Deputado Federal Roberto Cardoso Alves
Deputado Federal Bocaíva Cunha
Jornalista Alvaro Costa (candidato a Senador Pelo PSB)
Jornalista Lipsio Vieira de Jesus